



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO
SERVIDOR MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**

CONCURSO PÚBLICO

005. PROVA OBJETIVA

ANALISTA PREVIDENCIÁRIO – DIREITO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida 1 hora do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **09**.

Os saltos da natureza

“*Natura non facit saltus*” (a natureza não dá pulos). A frase é do filósofo alemão Leibniz, mas quem a popularizou foi Charles Darwin, que a repete seis vezes em “A Origem das Espécies”. Não é para menos. A lição fundamental do darwinismo é que a evolução ocorre através de pequenas modificações que se acumulam na profundidade do tempo geológico. Todavia, quando se discute o lugar do homem no mundo biológico, esquecemos esse princípio e embarcamos em narrativas que nos colocam no ápice da criação.

Esse suposto excepcionalismo humano fica escancarado na questão da consciência. Por muito tempo a descrevemos como atributo exclusivamente humano. Melhores e mais recentes pesquisas, entretanto, vão revelando que não é bem assim. Ainda que bichos não se mostrem capazes de perguntar pelo sentido da vida, há indícios de que boa parte do reino animal apresenta algum grau de consciência.

O livro “Super Fly” (supermosca), de Jonathan Balcombe, estende esse esforço aos *Diptera*, ordem que inclui moscas, mosquitos, mutucas e borrachudos. O autor descreve vários experimentos sugestivos de que até as modestas moscas de fruta são capazes de comportamentos flexíveis e com intencionalidade – marcas da consciência. Parentes delas, três tipos de formiga passariam até no teste de se reconhecer no espelho, categoria em que está a elite intelectual da bicharada, representada por humanos, chimpanzés, golfinhos e mais poucas espécies.

As repercussões desses achados para a ética não são desprezíveis. Fica mais difícil encontrar limites naturais para definir quais animais devem ser objeto de nossa consideração moral e quais não precisam. Qualquer decisão aí soará caprichosamente arbitrária.

Os *Diptera* saem em desvantagem. Eles não despertam muita solidariedade humana. Não sem motivos. Metade de todos os diagnósticos clínicos de doenças feitas no mundo tem insetos como agente causador, a maior parte mosquitos.

(Hélio Schwartzman. <https://www1.folha.uol.com.br>. 09.07.2022. Adaptado)

01. Ao introduzir o assunto do texto, no primeiro parágrafo, o autor

- (A) relativiza a originalidade dos estudos de Darwin sobre a evolução das espécies, tema já explorado pelo filósofo alemão Leibniz.
- (B) destaca como o livro “A origem das Espécies” impulsionou a construção do ideal de superioridade da espécie humana.
- (C) faz referência à formação das características humanas para confrontar a tese de evolução através de modificações lentas.
- (D) defende que o princípio fundamental sobre a evolução das espécies é negligenciado ao se analisar o papel do homem.
- (E) ressalta os riscos de se admitirem narrativas que contestem o lugar de destaque do homem entre as demais espécies.

02. Conforme expressa o autor, no segundo parágrafo,

- (A) a consciência é a característica evolutiva que melhor distingue os humanos das outras espécies de animais.
- (B) pesquisas atuais colocam em xeque o elevado grau de consciência que se tem atribuído aos humanos.
- (C) estudos indicam que o desenvolvimento da consciência não é característica exclusiva dos humanos.
- (D) o modo de organização de certos animais é sugestivo de que possam evoluir e desenvolver consciência.
- (E) a ideia de que alguns animais tenham consciência esbarra na incapacidade deles para reflexões complexas.

03. Considere as seguintes frases do texto.

- ... embarcamos em narrativas que nos colocam **no ápice** da criação. (1º parágrafo)
- **As repercussões** desses achados para a ética não são desprezíveis. (penúltimo parágrafo)

As expressões em destaque nas frases têm como sinônimos adequados ao contexto, respectivamente:

- (A) na vanguarda; os fundamentos.
- (B) na atmosfera; as impressões.
- (C) na liderança; os resultados.
- (D) no princípio; os reflexos.
- (E) no topo; as consequências.

04. Conforme conclui o autor, as descobertas trazidas na obra “Super Fly”

- (A) redefinem os limites entre o que podem ser considerados sinais de consciência e simples intencionalidade.
- (B) evocam questões éticas que impedem o aprofundamento de estudos sobre o nível de consciência dos animais.
- (C) reafirmam antigas certezas relacionadas ao comportamento de animais como alguns tipos de formigas.
- (D) trazem novas exigências de ordem moral no que diz respeito à maneira como percebemos os animais.
- (E) têm potencial para aumentar a nossa repulsa por insetos transmissores de doenças como mosquitos.

05. A expressão destacada na oração do primeiro parágrafo “**Todavia**, quando se discute o lugar do homem no mundo biológico, esquecemos esse princípio...” estabelece, em relação ao enunciado anterior, a ideia de

- (A) oposição, podendo ser corretamente substituída por “**No entanto**”.
- (B) conclusão, podendo ser corretamente substituída por “**Por isso**”.
- (C) causa, podendo ser corretamente substituída por “**Visto que**”.
- (D) tempo, podendo ser corretamente substituída por “**Desde que**”.
- (E) consequência, podendo ser corretamente substituída por “**De modo que**”.

Considere a passagem a seguir, do segundo parágrafo do texto, para responder às questões de números **06** e **07**.

Por muito tempo a descrevemos **como** atributo exclusivamente humano. Melhores e mais recentes pesquisas, entretanto, vão revelando que não é bem **assim**.

06. Os termos “como” e “assim”, em destaque, expressam circunstância de

- (A) afirmação e de finalidade, respectivamente.
- (B) modo, em ambas as ocorrências.
- (C) dúvida e de finalidade, respectivamente.
- (D) afirmação, em ambas as ocorrências.
- (E) modo e de intensidade, respectivamente.

07. Assinale a alternativa em que, na posição na qual a vírgula foi inserida na primeira oração, a redação está em conformidade com a norma-padrão de pontuação.

- (A) Por muito, tempo a descrevemos como atributo exclusivamente humano.
- (B) Por muito tempo, a descrevemos como atributo exclusivamente humano.
- (C) Por muito tempo a, descrevemos como atributo exclusivamente humano.
- (D) Por muito tempo a descrevemos, como atributo exclusivamente humano.
- (E) Por muito tempo a descrevemos como atributo exclusivamente, humano.

08. Assinale a alternativa em que a redação está em conformidade com a norma-padrão de concordância verbal e nominal.

- (A) A consciência foi por muito tempo erroneamente considerado um traço exclusivo da espécie humana.
- (B) Novas pesquisas lançam luz sobre antigas crenças relacionada às espécies que teriam consciência.
- (C) A acumulação de pequenas modificações resultam, de acordo com Darwin, na evolução das espécies.
- (D) Popularizado por Darwin, a frase “a natureza não dá pulos” pertence originalmente ao filósofo Leibniz.
- (E) A ausência de simpatia com os mosquitos se justifica pelas doenças transmitidas por essa classe de insetos.

09. Com a mudança da posição do pronome conforme indicado nos parênteses, a frase permanece de acordo com a norma-padrão de colocação pronominal em:

- (A) ... a evolução ocorre através de pequenas modificações que **se** acumulam. (acumulam-**se**)
- (B) ... quando **se** discute o lugar do homem no mundo biológico... (discute-**se**)
- (C) ... embarcamos em narrativas que **nos** colocam no ápice da criação. (colocam-**nos**)
- (D) Ainda que bichos não **se** mostrem capazes de perguntar... (mostrem-**se**)
- (E) Parentes delas, três tipos de formiga passariam até no teste de **se** reconhecer no espelho. (reconhecer-**se**)

10. Leia o texto para responder à questão.

Scott Fitzgerald, Ernest Hemingway e Edgar Allan Poe foram escritores americanos de diversos gêneros, épocas e estilos. E todos com um traço em comum: alcoolismo. Não eram bons apenas de copo, como se diz. Eram ótimos de copo – eram alcoólatras.

No começo, dedicavam-se por igual ____ caneta e ____ garrafa, mas, depois de algum tempo, a garrafa engoliu ____ caneta. Todos tiveram a produção, a saúde e vida afetadas pelo enorme consumo de álcool.

Você poderá argumentar que a bebida não impediu que eles fossem considerados geniais. Mas isso é discutível. É provável que, sem a bebida, fossem ainda mais geniais. E, claro, teriam evitado os problemas financeiros que, em maior ou menor grau, atingiram todos eles e os obrigaram ____ trabalhar no que não gostavam para sobreviver.

(Ruy Castro. *O leitor Apaixonado*: prazeres à luz do abajur. São Paulo: Companhia das letras, 2009. Excerto adaptado)

Em conformidade com a norma-padrão da língua, as lacunas do texto devem ser preenchidas com:

- (A) à ... à ... a ... a
- (B) à ... a ... à ... a
- (C) à ... a ... a ... à
- (D) a ... a ... a ... à
- (E) a ... a ... à ... a

11. No departamento de recursos humanos de uma empresa, há determinado número de currículos para serem analisados. Desse total, $\frac{5}{12}$ foram analisados na segunda-feira, e dos currículos restantes, $\frac{3}{7}$ foram analisados na terça-feira, ficando para quarta-feira a análise dos últimos 20 currículos. Sabendo que nesses três dias nenhum currículo novo foi recebido pela empresa, o número de currículos analisados na terça-feira foi
- (A) 25.
(B) 22.
(C) 21.
(D) 18.
(E) 15.
12. Uma pessoa comprou um automóvel e dois anos depois o vendeu com 15% de desvalorização sobre o valor da compra. Além disso foi descontada também a comissão do vendedor, no valor de R\$ 1.200,00. Após o desconto da comissão do vendedor, o valor recebido por essa pessoa foi de R\$ 43.000,00. O valor pelo qual esse automóvel foi comprado dois anos antes era de
- (A) R\$ 52.000,00.
(B) R\$ 51.200,00.
(C) R\$ 50.800,00.
(D) R\$ 49.500,00.
(E) R\$ 48.000,00.
13. Três amigos, Carlos, Jonas e Matias fizeram juntos uma aplicação financeira, que após um ano teve um rendimento de R\$ 850,00. Esse rendimento foi dividido de maneira diretamente proporcional ao valor que cada um deles colocou na aplicação. Sabendo que Carlos, Jonas e Matias colocaram, respectivamente, R\$ 800,00, R\$ 1.200,00 e R\$ 1.400,00, o valor recebido por Matias superou o valor recebido por Jonas em
- (A) R\$ 150,00.
(B) R\$ 125,00.
(C) R\$ 100,00.
(D) R\$ 75,00.
(E) R\$ 50,00.

14. O Serviço de Atendimento ao Consumidor de uma determinada empresa, quando deixa um cliente aguardando na linha telefônica, reproduz uma ligação padrão que se repete sem intervalos até o cliente ser atendido. Se um cliente permanecer aguardando na linha por 5 minutos, essa ligação padrão será repetida por 12 vezes. Para que essa ligação padrão se repita 18 vezes, é necessário que o cliente fique na linha por
- (A) 6 minutos e 50 segundos.
 - (B) 7 minutos e 10 segundos.
 - (C) 7 minutos e 30 segundos.
 - (D) 7 minutos e 50 segundos.
 - (E) 8 minutos e 5 segundos.
15. Cada um dos funcionários de um departamento de uma empresa precisa preencher 6 relatórios. Por questões administrativas, 2 desses funcionários foram designados para outras tarefas fora do departamento e, desse modo, cada um dos funcionários que permaneceu no departamento teve que preencher 3 relatórios a mais. O total de relatórios que precisam ser preenchidos é
- (A) 36.
 - (B) 42.
 - (C) 45.
 - (D) 48.
 - (E) 54.
16. Em um determinado banco, os três caixas, 1, 2 e 3, que trabalharam no período da manhã atenderam, em média, 18 pessoas cada um. Sabendo que o caixa 2 atendeu 25% a mais de pessoas do que o caixa 1, e que o caixa 3 atendeu duas pessoas a menos do que o caixa 2, então, o número de pessoas atendidas pelo caixa 2 foi
- (A) 14.
 - (B) 16.
 - (C) 18.
 - (D) 20.
 - (E) 22.
17. Determinada verba foi distribuída entre 5 departamentos de uma empresa de modo que a média dos três departamentos que mais receberam foi R\$ 4.100,00, e a média dos dois departamentos que menos receberam foi R\$ 450,00 a menos do que a média dos cinco departamentos juntos. Se o valor mais alto recebido superou em R\$ 500,00 a média dos cinco departamentos juntos, então, o maior valor recebido foi
- (A) R\$ 3.200,00.
 - (B) R\$ 3.350,00.
 - (C) R\$ 3.800,00.
 - (D) R\$ 4.300,00.
 - (E) R\$ 4.500,00.

18. Certo dia foram feitas 42 perícias médicas em uma determinada agência do INSS, para verificar se a pessoa permaneceria ou não com o pagamento de determinado auxílio. Se nesse total de pessoas periciadas, a razão entre o número de pessoas que permaneceram com o auxílio para o número de pessoas que não permaneceram com o auxílio foi $\frac{3}{4}$, então, o número de pessoas que permaneceram com o auxílio foi
- (A) 20.
(B) 18.
(C) 16.
(D) 14.
(E) 12.
19. Em um arquivo, foram colocados 48 processos, de modo que todas as gavetas desse arquivo ficaram com o mesmo número de processos. Sabendo que o número de gavetas corresponde a $\frac{1}{3}$ do número de processos colocados em uma gaveta, então, o número de processos de uma gaveta é
- (A) 6.
(B) 9.
(C) 12.
(D) 15.
(E) 18.
20. João colocou R\$ 1.000,00 em uma aplicação a juros simples, com taxa de 1% ao mês, durante 2 meses, e Carmem colocou R\$ 1.000,00 em uma aplicação a juros compostos, também com taxa de 1% ao mês, por 2 meses. Ao término desses 2 meses, é correto afirmar que
- (A) João e Carmem obtiveram o mesmo valor de juros.
(B) Carmem obteve R\$ 0,10 a mais de juros do que João.
(C) João obteve R\$ 0,10 a mais de juros do que Carmem.
(D) Carmem obteve R\$ 1,00 a mais de juros do que João.
(E) João obteve R\$ 1,00 a mais de juros do que Carmem.

LEGISLAÇÃO

21. Determinado servidor faleceu e sua companheira pretende saber se possui direito à pensão. Nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São José dos Campos, assinale a alternativa correta.

- (A) A companheira tem direito à pensão temporária, caso tenha filhos ou enteados não emancipados, até 21 anos de idade.
- (B) Desde que comprove união estável como entidade familiar com o servidor falecido, a companheira tem direito à pensão vitalícia.
- (C) Os pais do servidor falecido têm direito à pensão vitalícia, dado que dependiam de seu auxílio financeiro, de maneira que a companheira não recebe o benefício, por ausência de previsão normativa.
- (D) Comprovada a união estável, a companheira tem direito à pensão temporária, na habilitação com os demais titulares.
- (E) A companheira não possui direito à pensão, uma vez que esse direito é legalmente garantido aos cônjuges.

22. Determinada servidora da área da saúde habitualmente trabalha operando máquina de raio X, na qual há o manejo de substâncias radioativas. Assim, faz jus ao adicional de periculosidade. Considerando o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São José dos Campos, assinale a alternativa correta.

- (A) Se gestante ou lactante, deverá ser afastada do serviço enquanto durarem a gestação e a lactação, exercendo preferencialmente suas atividades no regime remoto.
- (B) A comprovação de que a servidora trabalha em local insalubre, além de perigoso, lhe dá direito aos adicionais de insalubridade e de periculosidade.
- (C) A servidora e seus locais de trabalho serão mantidos sob controle permanente, de modo que as doses de radiação ionizante não ultrapassem o nível máximo previsto na legislação própria.
- (D) A servidora deve obrigatoriamente ser submetida a exames médicos a cada três meses.
- (E) O direito ao adicional de periculosidade deve ser incorporado à remuneração da servidora, até o término de seu vínculo com a administração pública.

23. Considerando a Lei Orgânica do Município de São José dos Campos, assinale a alternativa correta.

- (A) O contribuinte aposentado que receba até dois salários-mínimos e comprove que não tem outra fonte de renda fica isento do imposto predial e territorial urbano, desde que prove possuir apenas um imóvel e que nele resida.
- (B) As salas de aula devem abrigar até trinta alunos.
- (C) A cessão de estabelecimentos de ensino municipais para a rede privada deve ocorrer mediante autorização do Poder Legislativo.
- (D) O Município instituirá tributação especial sobre atividades agrícolas, para promover o desenvolvimento rural.
- (E) As salas de aula provisórias poderão ser utilizadas por mais de um ano letivo.

24. Considerando as situações abaixo, assinale aquela que está de acordo com a Lei nº 4.220/92, do Município de São José dos Campos.

- (A) Professor temporário da rede pública deve contribuir mensalmente com 13% sobre o valor de sua remuneração à Previdência Municipal.
- (B) Servidor contratado especificamente para realizar recenseamento que já exerça cargo de professor concursado terá que contribuir à Previdência Municipal sobre as duas remunerações.
- (C) O Instituto de Previdência do Servidor Municipal poderá exigir, quando entender necessária, a confirmação da condição de estudante universitário e de independência econômica.
- (D) O Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores não são considerados segurados do Instituto de Previdência, salvo se servidores municipais.
- (E) Os Diretores do Instituto de Previdência do Servidor Municipal serão nomeados pelo Prefeito, dentre os servidores municipais ativos ou inativos, desde que comprove quinze anos de exercício em cargo ou função no Município.

25. O Conselho Fiscal do Instituto de Previdência do Servidor Municipal emitiu parecer pela reprovação das contas, a partir da análise dos balancetes mensais e do balanço anual da autarquia. Considerando essa situação e a Lei nº 10.408/2021, do Município de São José dos Campos, assinale a alternativa correta.
- (A) O parecer do Conselho Fiscal deve ser encaminhado ao Conselho Administrativo para deliberação.
 - (B) A atuação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo ocorre após a reprovação das contas pelo Conselho Fiscal.
 - (C) Cabe à Diretoria Executiva deliberar sobre os balancetes mensais e o balanço anual, após o parecer do Conselho Fiscal.
 - (D) O Conselho Fiscal deve deliberar sobre os balancetes mensais e o balanço anual, sendo que a decisão pela reprovação das contas se dará por maioria absoluta dos votos dentre os seus membros presentes, cabendo ao seu presidente o voto de desempate.
 - (E) A Superintendência deve tomar ciência das prestações de contas anuais e de sua remessa ao Tribunal de Contas do Estado.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

26. Paulo sairá de férias do trabalho e o seu computador ficará à disposição de seus colegas. Pensando na segurança das informações referentes aos projetos sob sua responsabilidade, ele decidiu apagar os arquivos que não eram de uso geral. Considerando que Paulo usa o sistema operacional MS-Windows 10 na sua configuração padrão e que já tem uma cópia desses arquivos no seu *pen drive*, para evitar que esses arquivos sejam excluídos e recuperados novamente, após selecionar os arquivos, ele deve pressionar as seguintes teclas de atalho:
- (A) CTRL + X
 - (B) Delete
 - (C) SHIFT + Delete
 - (D) ALT + D
 - (E) CTRL + Alt + Del

27. No MS-Word 2016, em sua configuração padrão, existe uma maneira de identificar facilmente as alterações feitas em um documento. Imagine que as pessoas de uma equipe de trabalho podem fazer sugestões que o analista pode acatar permanentemente ou simplesmente rejeitar. Para ativar esse recurso para um determinado documento, de modo que ele seja visualizado já na sua forma final, considerando como aceitas todas as sugestões feitas pelos revisores, deve-se:

- (A) selecionar GERENCIAR FONTES BIBLIOGRÁFICAS na guia REFERÊNCIAS.
- (B) selecionar REFERÊNCIA CRUZADA na guia REFERÊNCIAS.
- (C) selecionar COMENTÁRIOS na guia INSERIR.
- (D) selecionar CONTROLAR ALTERAÇÕES e MARCAÇÃO SIMPLES na guia REVISÃO.
- (E) selecionar CONTROLAR ALTERAÇÕES e TODAS AS MARCAÇÕES na guia REVISÃO.

28. Carlos solicitou ao seu assistente Pedro que criasse uma apresentação sobre sua área de atuação, no MS-PowerPoint 2016 na sua forma padrão, destinada ao processo de integração de novos funcionários e à reciclagem de funcionários antigos. Para tornar a apresentação mais dinâmica para os novos funcionários, Pedro decidiu incluir alguns vídeos institucionais, disponíveis no Youtube. Para que a apresentação possa ser usada para os dois públicos, mas sem o acesso à exibição dos slides com os vídeos institucionais para os funcionários antigos, Pedro deve, a partir da apresentação original,

- (A) selecionar VERIFICAR ACESSIBILIDADE na guia REVISÃO.
- (B) selecionar GRAVAÇÃO DE TELA na guia GRAVAR.
- (C) selecionar VÍDEO na guia INSERIR.
- (D) selecionar LAYOUT DA WEB na guia EXIBIR.
- (E) selecionar APRESENTAÇÃO PERSONALIZADA na guia APRESENTAÇÃO DE SLIDES.

29. Imagine que o usuário diretor.financeas@empresa.com enviou um e-mail através da sua conta no Gmail. O campo CC está preenchido com gerente.depto01@empresa.com e gerente.depto02@empresa.com, e o campo CCO está preenchido com fornecedor@defora.com. A partir daí, pode-se concluir que

- (A) o gerente.depto02@empresa.com não consegue visualizar todos os destinatários do e-mail.
- (B) todas as pessoas que receberam o e-mail necessariamente têm conta no Gmail.
- (C) o e-mail foi enviado com cópia oculta para gerente.depto01@empresa.com.
- (D) o fornecedor@defora.com não consegue visualizar quem mais recebeu o e-mail.
- (E) todos os destinatários conseguem visualizar quem recebeu o e-mail.

30. Na figura a seguir, exibi-se uma planilha editada no Microsoft Excel 2016, a partir da sua configuração padrão, que será utilizada para calcular a quantia que um cliente deve receber por um determinado investimento, na data de vencimento do título. Para efetuar esse cálculo, foi utilizada a função RECEBER.

	A	B	C	D	E	F	G
14							
15	Título	Investimento	Data de Liquidação	Data de Vencimento	Taxa de Desconto	Base	Valor Final
16							
17	TIT01	R\$ 120.000,00	01/06/2022	30/11/2022	10%	Real/360	R\$ 126.389,70
18	TIT02	R\$ 120.000,00	01/06/2022	31/12/2022	10%	Real/360	R\$ 127.546,50
19	TIT03	R\$ 120.000,00	01/06/2022	31/01/2023	10%	Real/360	R\$ 128.724,67
20	TIT04	R\$ 120.000,00	01/06/2022	28/02/2023	10%	Real/365	

O resultado da fórmula = RECEBER(C20;D20;B20;E20;3), quando aplicada à célula G20, é

- (A) R\$ 129.878,63.
- (B) R\$ 129.662,52.
- (C) R\$ 128.596,59.
- (D) R\$ 130.715,05.
- (E) R\$ 129.807,69.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

31. A Constituição poderá ser emendada

- (A) na vigência de calamidade pública, intervenção federal e estado emergencial.
- (B) mediante proposta de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- (C) quando a proposta de emenda tiver por objeto matéria relativa à separação dos Poderes.
- (D) desde que a proposta de emenda seja aprovada por quatro quintos dos votos de cada uma das Casas do Congresso Nacional.
- (E) ainda que a matéria constante da proposta de emenda tenha sido havida por prejudicada na mesma sessão legislativa.

32. A respeito dos Tribunais de Contas, é correto afirmar que

- (A) integram a estrutura do Poder Legislativo, sendo responsáveis pelo controle de legalidade dos atos de admissão e aposentadoria dos servidores públicos da administração direta e indireta.
- (B) integram a estrutura do Poder Judiciário, sendo responsáveis por inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- (C) integram a estrutura do Poder Executivo, sendo responsáveis por julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- (D) integram a estrutura do Poder Legislativo, sendo responsáveis por instaurar Comissões Parlamentares de Inquérito vocacionadas a investigar graves irregularidades nas contas públicas de qualquer dos Poderes.
- (E) não integram a estrutura de qualquer dos Poderes, sendo responsáveis por julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

33. A disciplina das aposentadorias dos titulares de cargos efetivos na Administração Pública Municipal incumbe a norma

- (A) municipal, de iniciativa da Câmara dos Vereadores.
- (B) estadual, de iniciativa do Governador.
- (C) nacional, de iniciativa do Congresso Nacional.
- (D) municipal, de iniciativa do Prefeito.
- (E) federal, de iniciativa do Presidente da República.

34. À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal

- (A) o direito à igualdade material não impede a previsão de cláusula de contrato de previdência complementar que, ao prever regras distintas entre homens e mulheres para cálculo e concessão de complementação de aposentadoria, estabelece valor inferior do benefício para as mulheres, tendo em conta o seu menor tempo de contribuição.
- (B) a liberdade de consciência e de convicção dos pais e responsáveis obsta a obrigatoriedade de imunização de crianças por meio de vacina.
- (C) a liberdade de expressão abrange o direito do servidor público de manifestar opinião homofóbica nas redes sociais.
- (D) a liberdade de imprensa não autoriza ao jornalista expender críticas eloquentes, em tom áspero ou contundente, a qualquer pessoa, especialmente contra as autoridades e os agentes do Estado.
- (E) a liberdade religiosa torna possível a realização de etapas de concurso público em datas e horários distintos dos previstos em edital por candidato que invoca escusa de consciência por motivo de crença religiosa.

- 35.** Fundação municipal criada por lei e mantida com recursos do Poder Público constitui
- (A) pessoa jurídica de direito privado, não integrante da Administração Pública.
 - (B) pessoa jurídica de direito público, integrante da Administração Pública.
 - (C) pessoa jurídica de direito privado, integrante da Administração Pública.
 - (D) pessoa jurídica de direito público, integrante do terceiro setor.
 - (E) órgão público municipal.
- 36.** James Joyce exerce o cargo efetivo de Professor do Ensino Médio municipal desde 2015, no período noturno. Em janeiro de 2022, passou a exercer também o emprego público de Executivo I, praticando atividades de cunho burocrático em um autarquia federal, no período matutino. O acúmulo em questão é
- (A) regular, pois o artigo 37 da Constituição da República autoriza o acúmulo de um cargo de professor com um emprego público técnico e, no caso, há evidente compatibilidade de horários.
 - (B) irregular, pois o artigo 37 da Constituição da República não autoriza o acúmulo de um cargo de professor com um emprego público de caráter técnico.
 - (C) regular, pois o artigo 37 da Constituição da República apenas restringe o exercício cumulado de cargos na Administração Direta, nada preceituando acerca do acúmulo de cargo com emprego público da Administração Indireta.
 - (D) irregular, pois o emprego público de Executivo I não se reveste de caráter técnico.
 - (E) regular, desde que autorizado pela Comissão de Acúmulo de Cargos do Município.
- 37.** A respeito de lei municipal que extingue gratificação de caráter geral, é correto afirmar que se trata de norma
- (A) constitucional, desde que observada a regra da irredutibilidade.
 - (B) inconstitucional, pois ofensiva à regra da irredutibilidade.
 - (C) constitucional, desde que não aplicável aos inativos com direito à paridade.
 - (D) inconstitucional, pois ofensiva a direito adquirido a regime jurídico.
 - (E) constitucional, pois decorrente do poder discricionário do Administrador.
- 38.** Aos 15 de julho de 2017, o Instituto de Previdência do Servidor Municipal de São José dos Campos deferiu pensão por morte a Marcel Proust, enteado de servidor municipal falecido. Em 1º de agosto de 2022, porém, o Analista Previdenciário responsável pelo acompanhamento do caso foi cientificado de que o pensionista jamais dependera economicamente do servidor, concluindo acertadamente que o benefício em questão fora concedido indevidamente. Diante disso, o Analista deverá propor a
- (A) instauração de processo administrativo para invalidação do ato de concessão do benefício, que estaria eivado de nulidade relativa por vício quanto ao motivo.
 - (B) instauração de processo administrativo para revogação do ato de concessão do benefício, que estaria eivado de nulidade absoluta por vício quanto ao motivo.
 - (C) instauração de processo administrativo para invalidação do ato de concessão do benefício, que estaria eivado de nulidade relativa por desvio de finalidade.
 - (D) convalidação do ato administrativo, que estaria eivado de nulidade relativa por vício quanto ao objeto.
 - (E) mera ratificação do ato, que não poderia ser anulado em virtude do decurso do prazo decadencial.
- 39.** O princípio da vinculação ao instrumento convocatório impõe
- (A) observância ao princípio *pacta sunt servanda*.
 - (B) inabilitação do licitante que não apresenta documento elencado no edital.
 - (C) julgamento da proposta ainda que não aderente a cláusulas editalícias.
 - (D) aplicação de penalidade contratual, qualquer que seja a extensão do descumprimento da avença.
 - (E) não incidência da cláusula *rebus sic stantibus*.

40. Mariana se obrigou a entregar a Giovana o seu carro da marca X, modelo Y, ano 2020. Um mês antes da data combinada para entrega, Mariana foi assaltada. Muito assustada, resolveu blindar o veículo. Previamente à blindagem, comunicou Giovana que permaneceu silente. Diante da situação hipotética, é correto afirmar que Mariana
- (A) não poderia ter blindado o veículo, considerando que já estava obrigada a entregar o carro para Giovana.
 - (B) apenas poderia ter blindado o veículo com autorização expressa de Giovana.
 - (C) poderia ter blindado o veículo, mas não pode exigir aumento no preço anteriormente acordado.
 - (D) poderia ter blindado o veículo e pode exigir o aumento no preço, cabendo a Giovana, se não concordar com o novo valor, resolver a obrigação.
 - (E) poderia ter blindado o veículo e pode exigir o aumento no preço, sendo Giovana obrigada a concordar com o novo valor.
41. Quanto à classificação do contrato, assinale a alternativa correta.
- (A) Quanto ao efeito, pode ser plurilateral, que prevê a existência de vários polos, com deveres e direitos idênticos.
 - (B) Quanto à onerosidade, pode ser oneroso comutativo, que se configura pela prestação mútua e já estabelecidas consequências do cumprimento ou não do contrato, tendo cada parte uma obrigação para com a outra já determinada.
 - (C) Quanto ao momento da execução, pode ser diferido, o que ocorre quando o momento de celebração e cumprimento do contrato ocorrem em um único ato.
 - (D) Quanto ao agente, pode ser impessoal coletivo, que consiste na hipótese em que qualquer pessoa pode cumprir o contrato.
 - (E) Quanto à forma, pode ser consensual, que decorre da ausência de disposição legal específica, de modo a poder ser feito o contrato de qualquer forma.
42. Acerca do enriquecimento ilícito, assinale a alternativa correta.
- (A) Se o enriquecimento tiver por objeto coisa determinada e a coisa não mais subsistir, a restituição se fará pelo valor do bem na época em que foi exigido.
 - (B) O enriquecimento sem causa somente é aplicável se a coisa a ser restituída for coisa certa e determinada.
 - (C) Caberá a restituição por enriquecimento, ainda que a lei confira ao lesado outros meios para se ressarcir do prejuízo sofrido.
 - (D) A restituição é devida apenas quando não tenha havido causa que justifique o enriquecimento.
 - (E) Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários, vedada a condenação, mesmo no caso de má-fé, em perdas e danos.

43. Acerca das nulidades processuais, assinale a alternativa correta.
- (A) Anulado o ato, consideram-se de nenhum efeito todos os subsequentes que dele dependam, todavia, a nulidade de uma parte do ato não prejudicará as outras que dela sejam independentes.
 - (B) A nulidade absoluta dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.
 - (C) Se o processo tiver tramitado sem conhecimento do membro do Ministério Público, o juiz invalidará todos os atos processuais praticados.
 - (D) O erro de forma do processo acarreta a sua anulação integral.
 - (E) Ao pronunciar a nulidade, o juiz declarará que atos são atingidos e ordenará as providências necessárias a fim de que sejam repetidos ainda quando não prejudiquem a parte.
44. Findo o prazo para a contestação, o juiz tomará, conforme o caso, as providências preliminares no processo. Acerca do tema, é correto afirmar que
- (A) ao réu revel não será lícita a produção de provas, podendo apenas apresentar defesa acerca de eventuais provas novas produzidas pelo autor.
 - (B) verificando a existência de irregularidades ou de vícios sanáveis, o juiz determinará sua correção em prazo nunca superior a 15 (quinze) dias.
 - (C) cumpridas as providências preliminares, o juiz intimará as partes para a realização da audiência de instrução e julgamento.
 - (D) se o réu alegar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, este será ouvido no prazo de 15 (quinze) dias, permitindo-lhe o juiz a produção de prova.
 - (E) se o réu alegar preempção, o juiz determinará a oitiva do autor no prazo de 15 (quinze) dias, não sendo permitida a produção de prova.
45. A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando
- (A) se verificar que foi proferida por força de prevaricação, concussão ou suspeição do juiz.
 - (B) for proferida por juiz impedido ou por juízo relativamente incompetente.
 - (C) for fundada em erro de direito verificável do exame dos autos.
 - (D) ofender o ato jurídico perfeito, a coisa julgada ou a segurança jurídica.
 - (E) for fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória.

46. A tutela judicial dos chamados “diretos difusos e coletivos” é feita a partir de relação jurídica processual regida pelo chamado “Processo Civil Coletivo”, cuja norma jurídica base é a Lei da Ação Civil Pública. Partindo do referido diploma legal, é correto afirmar que

- (A) o Instituto de Previdência do Servidor Municipal de São José dos Campos não tem legitimidade ativa, mas tem passiva, para figurar como parte em ações que debatam direitos metaindividuais.
- (B) encontrando-se em andamento ação que debata direitos difusos, fica facultado ao Poder Público habilitar-se como assistente do polo ativo.
- (C) a sentença proferida em demanda que discuta direitos difusos, quando transitada em julgado, fará coisa julgada ultra partes, nos limites da competência territorial do órgão prolator.
- (D) nas ações que versem sobre direitos metaindividuais, não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora, salvo comprovada má-fé, em honorários de advogado, custas e despesas processuais.
- (E) decorridos 45 (quarenta e cinco) dias do trânsito em julgado da sentença condenatória em demanda que discuta direitos transindividuais, sem que a associação autora lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, facultada igual iniciativa aos demais legitimados.

47. A impetração do mandado de segurança é reconhecida pela Constituição Federal Brasileira como uma garantia fundamental da pessoa, que pode ser exercida perante o Poder Judiciário de forma individual ou coletiva. Sobre o mandado de segurança coletivo, assinale a alternativa correta.

- (A) A liminar só poderá ser concedida após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de 72 (setenta e duas) horas.
- (B) O direito de requerê-lo extingui-se-á decorridos 180 (cento e oitenta) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- (C) Poderá ser concedida medida liminar que tenha por objeto a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.
- (D) Os efeitos da coisa julgada nele formada beneficiarão o impetrante a título individual, independentemente de qualquer providência tomada por este último.
- (E) A sentença, quando transitada em julgado, fará coisa julgada *erga omnes*.

48. O Município “X” decidiu criar “taxa de fiscalização e funcionamento de estabelecimentos”, utilizando como um dos critérios de cálculo do valor da exação a área ocupada pelo estabelecimento comercial. Com base nesta situação hipotética e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

- (A) a taxa em questão não é constitucional, pois possui base de cálculo idêntica à do imposto sobre propriedade territorial urbana (IPTU), o que é vedado em relação às taxas criadas por municípios e pelo Distrito Federal.
- (B) não se trata de taxa, mas sim de contribuição para intervenção no domínio econômico, em razão da vinculação do produto da sua arrecadação ao financiamento de uma atividade estatal específica.
- (C) na medida em que a área ocupada pelo estabelecimento comercial revela-se apta a refletir o custo aproximado da atividade estatal de fiscalização, mostra-se constitucional a utilização deste critério para cálculo da citada taxa.
- (D) não é constitucional a criação de taxa de fiscalização e funcionamento de estabelecimentos, por representar óbice à plena realização da garantia constitucional à liberdade de iniciativa e livre concorrência.
- (E) não se pode confundir o valor pago ao Poder Público para a expedição de licenças para funcionamento de estabelecimento comercial com taxas, na medida em que as taxas são espécie de tributo e os valores pagos àquele título são meros preços públicos.

49. A ideia de repartição das receitas tributárias na Constituição Federal está vinculada diretamente à noção de

- (A) estado unitário.
- (B) redução das desigualdades regionais.
- (C) federalismo de cooptação.
- (D) separação de poderes.
- (E) primazia municipalista.

50. O chamado “lançamento” é um dos conceitos centrais do direito tributário. A respeito dele, é correto afirmar, com base na legislação tributária nacional, que

- (A) pode ser realizado pela autoridade administrativa ou pelo próprio contribuinte, nos casos de lançamento por declaração e no chamado “auto-lançamento”.
- (B) se trata de procedimento administrativo discricionário pelo qual se constitui o crédito tributário.
- (C) põe fim ao prazo prescricional para a cobrança do crédito tributário.
- (D) se trata de procedimento administrativo vinculado pelo qual se constitui o crédito tributário.
- (E) pode ser realizado de ofício pela autoridade administrativa ou pelo próprio contribuinte, dando início ao prazo decadencial.

51. Fulano de Tal é desenvolvedor de softwares e passou a ofertar na internet programa de computador com a finalidade de fazer gestão paralela da contabilidade fiscal das empresas, com o objetivo de reduzir fraudulentamente o imposto a ser pago na compra e venda de mercadorias por empresas comerciais. A empresa XPTO Ltda. entrou em contato com Fulano e adquiriu o referido programa de computador, mas, antes que pudesse ter aproveitado de qualquer redução no imposto a pagar, foi descoberta por auditoria tributária realizada pela Administração Tributária competente. A respeito dessa situação hipotética e com base na legislação e jurisprudência nacionais sobre os crimes contra a ordem tributária, é correto afirmar que
- (A) a mera divulgação e oferta de programa de computador com a finalidade citada no enunciado não consiste em crime contra a ordem tributária, sendo necessária a sua efetiva utilização pelo contribuinte para que a conduta se torne típica.
 - (B) por se tratar de crime material e não formal, é necessária a efetiva redução fraudulenta de tributos, confirmada pela constituição do crédito pela fiscalização tributária, para que se possa falar em conduta típica.
 - (C) a legislação brasileira admite a responsabilização penal de pessoas jurídicas por crime contra a ordem tributária, podendo-se falar, em decorrência da situação descrita no enunciado, na aplicação de pena de liquidação compulsória.
 - (D) os crimes contra a ordem tributária são incompatíveis com a modalidade tentada, de maneira que não se pode falar em conduta típica na situação descrita no enunciado, uma vez que não chegou a haver redução de tributos.
 - (E) a conduta de utilizar ou divulgar programa de processamento de dados que permita possuir informação contábil diversa daquela que é, por lei, fornecida à Fazenda Pública é considerada crime de mera conduta, sendo despicienda a comprovação da redução de tributos.
52. Selecione a alternativa que completa adequadamente a lacuna existente no trecho a seguir.
- “O _____ apresenta os propósitos, os objetivos e as metas para os quais a administração solicita os recursos necessários. Além disso, identifica os custos dos programas propostos para alcançar tais objetivos e os dados quantitativos que medem as realizações e o trabalho realizado dentro de cada programa.” (Adaptado de NUNES, A.; OLIVEIRA, R.; BÉU, R., 2015)
- (A) orçamento base-zero
 - (B) orçamento por desempenho
 - (C) orçamento inercial
 - (D) orçamento programa
 - (E) orçamento empresarial
53. No passado, a gestão das finanças públicas era dificultada pela existência de múltiplos caixas públicos e múltiplos orçamentos, impedindo uma visão global das receitas e despesas do ente público. Para a correção deste problema, a legislação financeira brasileira passou a incorporar o princípio orçamentário do(a)
- (A) unidade.
 - (B) anualidade.
 - (C) exclusividade.
 - (D) cauda orçamentária.
 - (E) equilíbrio.
54. É correto afirmar, com base na Resolução nº 40 do Senado Federal, que
- (A) a dívida consolidada líquida dos Estados e do Distrito Federal não poderá exceder a 1,5 (um inteiro e cinco décimos) vezes a respectiva receita corrente líquida, exceto em caso de adesão a Plano de Ajuste Fiscal a ser firmado junto ao Ministério da Economia.
 - (B) a dívida consolidada não inclui as obrigações existentes entre as administrações diretas dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios e seus respectivos fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, ou entre estes.
 - (C) a dívida consolidada bruta dos Estados e do Distrito Federal não poderá exceder a 2 (duas) vezes a respectiva receita corrente líquida, exceto na hipótese de guerra ou grave comoção causada por calamidade pública.
 - (D) considera-se dívida consolidada bruta, para os fins da citada Resolução, a dívida pública consolidada deduzida apenas das disponibilidades de caixa, das aplicações financeiras e dos demais haveres financeiros.
 - (E) entende-se por receita corrente líquida o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos das disponibilidades de caixa do ente público.

55. No âmbito do Regime Próprio de Previdência Social, a inclusão do princípio da solidariedade no “caput” do artigo 40 da Constituição da República, pela Emenda Constitucional nº 41/2003, significou

- (A) relevante inovação que permitiu a adoção do sistema de repartição simples.
- (B) a positivação de um preceito que já servia de fundamento para a adoção do sistema de repartição simples.
- (C) relevante inovação que permitiu a adoção do sistema de capitalização.
- (D) a positivação de um preceito que já servia de fundamento para a adoção do sistema de capitalização.
- (E) fundamento basilar para a consagração do modelo contributivo, também incluído em tal dispositivo pela mesma emenda constitucional.

56. Nos termos da Emenda Constitucional nº 103/2019, integram o rol de benefícios do Regime Próprio de Previdência Social:

- (A) aposentadoria, licença à gestante, licença paternidade, licença por doença profissional, licença de tratamento de saúde, auxílio-reclusão e pensão por morte.
- (B) aposentadoria, auxílio-reclusão e pensão por morte, apenas.
- (C) aposentadoria e pensão por morte, apenas.
- (D) licença à gestante, licença paternidade, licença por doença profissional e licença de tratamento de saúde.
- (E) aposentadoria, licença à gestante, licença por doença profissional, licença de tratamento de saúde, auxílio-reclusão e pensão por morte.

57. Mário de Andrade, nascido em 9 de outubro de 1946, iniciou o exercício do cargo efetivo de Bibliotecário do Município de São José dos Campos em 1º de janeiro de 2004, depois de ter exercido cargo efetivo de Bibliotecário em uma universidade do Estado de São Paulo por mais de vinte anos. Em 8 outubro de 2021, Mário apresentou ao Instituto de Previdência municipal certidão de tempo de contribuição emitida pelo Regime Próprio de Previdência estadual e solicitou aposentadoria voluntária, alegando ostentar direito adquirido com fundamento no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005. Nessas circunstâncias, é correto afirmar que o servidor fará jus à aposentadoria

- (A) compulsória, com proventos proporcionais à remuneração do cargo.
- (B) compulsória, com proventos integrais, correspondentes à média.
- (C) voluntária, com proventos integrais, correspondentes à remuneração do cargo.
- (D) voluntária, com proventos proporcionais à remuneração do cargo.
- (E) voluntária, com proventos integrais, correspondentes à média.

58. De acordo com o Supremo Tribunal Federal, a conversão, em tempo comum, do tempo prestado sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, para fins de aposentadoria no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social,

- (A) não encontra amparo no ordenamento jurídico pátrio.
- (B) encontra fundamento jurídico apenas quanto ao período anterior ao advento da Emenda Constitucional nº 103/2019, independentemente do disposto na legislação local.
- (C) encontra fundamento jurídico apenas quanto ao período posterior ao advento da Emenda Constitucional nº 103/2019, independentemente do disposto na legislação local.
- (D) tem respaldo no ordenamento pátrio quanto ao período posterior ao advento da Emenda Constitucional nº 47/2005, desde que previsto na legislação local.
- (E) encontra fundamento jurídico na Lei Federal nº 8.212/1991, em relação a quaisquer períodos.

59. Oswaldo de Andrade e Tarsila do Amaral viveram em união estável por três anos e tiveram dois filhos. Com o fim desse relacionamento, Oswaldo casou com Patrícia Galvão, com quem viveu por cinco anos ininterruptos e não teve filhos. Quando de seu falecimento, Oswaldo estava separado de fato de Patrícia e retomara a união estável com Tarsila há três anos, embora não residissem no mesmo endereço. Considerando que tanto Tarsila quanto Patrícia viviam de seu próprio trabalho e não dependiam economicamente de Oswaldo, é correto afirmar que farão jus à pensão por ele legada no âmbito do Regime Geral de Previdência Social

- (A) apenas os dois filhos menores.
- (B) os dois filhos menores e Tarsila.
- (C) os dois filhos menores e Patrícia.
- (D) os dois filhos menores, Tarsila e Patrícia.
- (E) apenas Tarsila.

60. A respeito do Regime de Previdência Complementar (RPC), é correto afirmar que

- (A) apenas se instituir RPC para os seus servidores titulares de cargo efetivo o Município poderá fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo Regime Próprio de Previdência Social, o limite mínimo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
- (B) o RPC do Município oferecerá plano de benefícios somente na modalidade contribuição definida e será efetivado por intermédio de entidade fechada de previdência complementar.
- (C) o RPC não poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar pelo Município.
- (D) a instituição do RPC para os servidores titulares de cargo efetivo deverá ocorrer no prazo máximo de 3 (três) anos da data de entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 103/2019.
- (E) somente mediante sua prévia e expressa opção, o RPC poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar pelo Município.

